



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
*CAMPUS LAGOA DO SINO*  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA  
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS



Ana Luiza Crozara Massa

**Baía de Castelhanos: o status de Reserva Extrativista e sua influência na proteção das  
comunidades tradicionais e do ecossistema**

Buri – SP

2025

Ana Luiza Crozara Massa

**Baía de Castelhanos: o status de Reserva Extrativista e sua influência na proteção das comunidades tradicionais e do ecossistema**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal de São Carlos, para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Biológicas.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Carmona Duval

Buri – SP

2025

Massa, Ana Luiza Crozara

Baía de Castelhanos: o status de Reserva Extrativista e sua influência na proteção das comunidades tradicionais e do ecossistema / Ana Luiza Crozara Massa -- 2025. 47f.

TCC (Graduação) - Universidade Federal de São Carlos, campus Lagoa do Sino, Buri

Orientador (a): Henrique Carmona Duval

Banca Examinadora: Débora Cristina Rother, Juliano

Marcon Baltazar

Bibliografia

1. Etnográfico. 2. Pescadores. 3. SNUC. I. Massa, Ana Luiza Crozara. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Lissandra Pinhatelli de Britto - CRB/8 7539



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - CCCBio-LS/CCN

Rod. Lauri Simões de Barros km 12 - SP-189, s/n - Bairro Aracaçu, Buri/SP, CEP 18290-000

Telefone: (15) 32569030 - <http://www.ufscar.br>

DP-TCC-FA nº 36/2025/CCCBio-LS/CCN

Graduação: Defesa Pública de Trabalho de Conclusão de Curso

Folha Aprovação (GDP-TCC-FA)

## FOLHA DE APROVAÇÃO

**ANA LUIZA CROZARA MASSA**

**BAÍA DE CASTELHANOS: O *STATUS* DE RESERVA EXTRATIVISTA E SUA INFLUÊNCIA NA PROTEÇÃO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS E DO ECOSISTEMA**

Trabalho de Conclusão de Curso

Universidade Federal de São Carlos – Campus Lagoa do Sino

Buri, 19 de setembro de 2025

### ASSINATURAS E CIÊNCIAS

Cargo/Função	Nome Completo
Orientador	Henrique Carmona Duval
Membro da Banca 1	Débora Cristina Rother
Membro da Banca 2	Juliano Marcon Baltazar



Documento assinado eletronicamente por **Juliano Marcon Baltazar, Professor(a) do Ensino Superior**, em 22/09/2025, às 11:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Henrique Carmona Duval, Docente**, em 22/09/2025, às 14:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Debora Cristina Rother, Docente**, em 25/09/2025, às 09:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufscar.br/autenticacao>, informando o código verificador **2004778** e o código CRC **2CCF4430**.

Referência: Caso responda a este documento, indicar expressamente o Processo nº 23112.016514/2025-81

SEI nº 2004778

Modelo de Documento: Grad: Defesa TCC: Folha Aprovação, versão de 02/Agosto/2019

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer ao meu pai, Paulo Ricardo, e à minha mãe, Alessandra, que sempre acreditaram no meu potencial e me inspiraram a decidir o tema do meu trabalho. Além de me darem suporte para estudar e realizar esta pesquisa, foram, acima de tudo, meus amigos mais queridos. Obrigada por me darem coragem e força para continuar sempre.

Ao meu namorado, Matheus, obrigada por me apoiar e cuidar de mim, me ajudar a desacelerar e por me ouvir, ler e reler meu trabalho quando eu precisava de inspiração. Seu amor me ajudou a superar obstáculos e tornar nossa trajetória acadêmica uma memória muito especial.

A minha tia Marília, professora doutora em estudos literários, deixo o meu mais sincero agradecimento por me guiar no caminho da pesquisa científica, pelas orientações sobre a escrita acadêmica e por despertar meu senso crítico essencial às discussões. Você é uma pesquisadora exemplar e uma professora inspiradora.

As minhas amigas, Yasmin, Suellen, Victória e Mariana, muito obrigada por terem feito desse caminho mais divertido. Pelas reuniões no Meet para estudar, pelos trabalhos em grupo, cafés, almoços no R.U. e conversas na faculdade. Pelas surpresas de aniversário e por serem as amigas mais queridas que eu poderia ter. Vocês fazem parte das minhas memórias mais lindas da faculdade.

Aos professores doutores Roberta Barros Lovaglio e Juliano Marcon Baltazar, muito obrigada por terem guiado meus primeiros passos na pesquisa científica. A trajetória de vocês é uma inspiração, e sinto-me privilegiada por tê-los em minha formação como bióloga.

Ao meu orientador, Henrique Carmona Duval, professor doutor em Ciências Sociais, muito obrigada por acreditar e apoiar minha ideia de trabalho. A pesquisa de campo pode ser desafiadora, mas seu conhecimento inspirador me mostrou que o trabalho de pesquisadora pode ser uma ferramenta de mudança social. Além disso, você me mostrou que nenhuma pesquisa é desafiadora demais que não possamos fazer.

Eu e meu orientador, agradecemos à FAPESP pela bolsa de estudos concedida à mim. Processo nº 2023/15102-5, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Estendo nossos agradecimentos a participação dos entrevistados e à comunidade de Castelhanos por suas ricas contribuições, receptividade e relatos presentes neste projeto. Sem suas contribuições e saberes, este trabalho não seria possível. Sou profundamente grata pela confiança em mim e no meu potencial como pesquisadora.

A fé transporta montanhas.

— *O Evangelho Segundo o Espiritismo*, cap. XIX.

## RESUMO

A Reserva Extrativista da Baía de Castelhanos está localizada no litoral norte do Estado de São Paulo, em Ilhabela. Esta região está, desde agosto de 2022, passando pela insegurança de perder o status de Reserva Extrativista por conta da lei nº 1.546/2022 que a extinguiu, sem levar em conta a opinião popular, bem como pela ausência de um estudo técnico. Por isso, o Tribunal de Justiça de São Paulo suspendeu a revogação, além de conceder uma liminar pela inconstitucionalidade do ato. Enquanto a situação não está finalizada, a comunidade tradicional da Baía passa pela incerteza do que acontecerá com seu território.

Diante desse contexto, este trabalho teve como objetivo analisar as percepções dos pescadores e demais membros da comunidade sobre a importância da manutenção da RESEX, investigando como se dá a relação histórica com o meio ambiente e de que forma a preservação do ecossistema está ligada à proteção cultural e à permanência das práticas tradicionais. Para isso, utilizou-se uma abordagem etnográfica com base em pesquisa de campo, diário de campo, entrevistas semiestruturadas, cartografia social e a construção de um calendário sazonal da pesca, de modo a integrar saberes locais e científicos.

Os resultados evidenciam que a comunidade reconhece a RESEX não apenas como um instrumento de proteção ambiental, mas também como um mecanismo de fortalecimento identitário, social e econômico, revelando a ligação indissociável entre cultura, território, preservação e pertencimento. Além disso, foi observado que pressões externas, como a especulação imobiliária, o avanço de grandes empreendimentos turísticos e as mudanças climáticas, representam ameaças diretas à conservação da Baía e à manutenção da vida comunitária. Depoimentos coletados ressaltaram sentimentos de pertencimento, tranquilidade e segurança no território, mas também denunciaram a insegurança jurídica e as dificuldades de fiscalização, que favorecem atividades predatórias, como a pesca industrial irregular.

Conclui-se que a preservação ambiental da Baía de Castelhanos só pode ser compreendida por completo quando articulada à valorização dos modos de vida tradicionais, que garantem tanto a conservação dos recursos naturais quanto a reprodução cultural e social da comunidade. O estudo contribui para o fortalecimento da luta pelo direito ao território, trazendo maior visibilidade às populações tradicionais e destacando a importância das Reservas Extrativistas como políticas públicas de conservação e de justiça social. Assim, espera-se que os resultados possam subsidiar

a formulação de estratégias mais eficazes de gestão participativa, bem como incentivar pesquisas futuras sobre os impactos da especulação imobiliária e das mudanças climáticas na região.

**Palavras-Chave:** Etnográfico, pescadores, SNUC

## ABSTRACT

The Castelhanos Extractive Reserve (RESEX), located on the northern coast of the State of São Paulo, in Ilhabela, has faced uncertainty since August 2022 regarding the potential loss of its legal status. This situation resulted from Law No. 1.546/2022, which extinguished the Reserve without considering public opinion or conducting a technical study. In response, the São Paulo Court of Justice suspended the revocation and granted an injunction declaring the act unconstitutional. Nevertheless, as the legal dispute remains unresolved, the traditional community of Castelhanos continues to live under uncertainty about the future of its territory.

In this context, the present study aimed to analyze the perceptions of local fishers and other community members regarding the importance of maintaining the RESEX, investigating their historical relationship with the environment and how ecosystem preservation is intrinsically linked to cultural protection and the continuity of traditional practices. To achieve this, an ethnographic approach was adopted, supported by fieldwork, field diaries, semi-structured interviews, social cartography, and the construction of a seasonal fishing calendar, thereby integrating local and scientific knowledge.

The findings demonstrate that the community perceives the RESEX not only as an instrument of environmental protection but also as a mechanism for strengthening cultural identity, social cohesion, and economic sustainability, underscoring the inseparable relationship between culture, territory, conservation, and belonging. The study also revealed external pressures such as real estate speculation, the expansion of large-scale tourism enterprises, and the impacts of climate change, which pose direct threats to both the preservation of the Bay and the community's way of life. Testimonies emphasized feelings of belonging, tranquility, and security within the territory, while also denouncing legal uncertainties and the challenges of enforcement, which often favor predatory activities such as illegal industrial fishing.

It is concluded that the environmental preservation of the Castelhanos Bay can only be fully understood when articulated with the appreciation of traditional ways of life, which ensure both the conservation of natural resources and the cultural and social reproduction of the community. This research contributes to strengthening the struggle for territorial rights, bringing greater visibility to traditional populations, and highlighting the importance of Extractive Reserves as public policies that combine environmental conservation with social justice. The results are expected to provide support for the development of more effective participatory management

strategies, as well as encourage further studies on the impacts of real estate speculation and climate change in the region.

**Keywords:** Ethnographic, fisherman, SNUC

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização da área de pesquisa .....	20
Figura 2 – Análise demográfica da Praia de Castelhanos entre 1951 a 2018.....	22
Figura 3 – Pescadores de Castelhanos com uma canoa tradicional.....	29
Figura 4 – Dia-a-dia da pesca na Baía de Castelhanos.....	31
Figura 5 – Cerco flutuante .....	32
Figura 6 – Comidas feitas pela comunidade.....	34
Figura 7 – Roças com a implantação de quintais e sistemas agroflorestais .....	35
Figura 8 – Texto “Roças do caminho do Mirante” .....	36

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Automonitoramento rede boeira .....	27
Tabela 2 – Calendário sazonal da pesca .....	28

## LISTA DE SIGLAS

COPCT	Coordenação de Articulação de Políticas Públicas para Comunidades Tradicionais
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IN	Instrução Normativa
PEIb	Parque Estadual de Ilhabela
RESEX	Reserva Extrativista
SAF	Sistema Agroflorestal
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
TBC	Turismo de Base Comunitária
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TJ-SP	Tribunal de Justiça de São Paulo
UC	Unidade de Conservação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>2. OBJETIVOS .....</b>	<b>19</b>
2.1.    Objetivos gerais .....	19
2.2.    Objetivos específicos .....	19
<b>3. MATERIAL E MÉTODOS .....</b>	<b>20</b>
3.1.    Área de estudo .....	20
3.2.    Pesquisa de campo.....	22
3.3.    Diário de campo.....	23
3.4.    Entrevistas .....	24
3.5.    Escolha dos entrevistados .....	23
3.6.    Cartografia social.....	25
3.7.    Calendário sazonal.....	26
<b>4. RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>26</b>
4.1.    Modo de vida em unidades de conservação do tipo RESEX .....	28
4.2.    Afirmção do território .....	29
4.3.    Modo de vida e trabalho na comunidade de pescadores .....	32
<b>5. CONCLUSÃO .....</b>	<b>37</b>
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>40</b>
<b>7. ANEXOS .....</b>	<b>46</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Ilhabela, localizada no litoral norte paulista e integrada à microrregião de São Sebastião, é um dos poucos municípios-arquipélagos marinhos do Brasil. Segundo dados do IBGE de 2022, conta com cerca de 34,9 mil habitantes e reúne mais de 40 praias distribuídas pela Ilha de São Sebastião e por pequenas ilhotas ao seu redor (São Paulo, 2022).

Aproximadamente 83% da área é protegida pelo Parque Estadual de Ilhabela, que abriga remanescentes de Mata Atlântica, trilhas, cachoeiras e fauna. O relevo é predominantemente montanhoso, composto pelos maciços de São Sebastião e da Serraria, com picos que ultrapassam 1.300 metros de altitude, o que confere à ilha um dos acidentes geográficos mais expressivos do litoral paulista (São Paulo, 2022).

A Baía de Castelhanos envolve as praias de Castelhanos, Mansa, Vermelha, da Figueira e Saco do Sombrio, sendo as duas últimas situadas dentro do Parque Estadual de Ilhabela - SP (PEIb), incluso no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Por isso, apenas as 3 primeiras praias citadas estão incluídas na Reserva Extrativista (RESEX) da Baía de Castelhanos (Brasil, 2020). Assim, este tipo de Unidade de Conservação (UC), pelo SNUC, torna a área de domínio público, mas com o uso concedido às populações extrativistas tradicionais, como referido na lei:

(...) cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (Brasil, 2000).

Vale ressaltar que o status de Reserva Extrativista só foi concedido à citada Baía em dezembro de 2020, pelo Decreto Municipal nº 8.351, feito na gestão da ex-prefeita Gracinha Ferreira (Brasil, 2020). Contudo, em agosto de 2022, este decreto foi revogado pelo atual prefeito Antônio Luiz Colucci, que, em uma proposta à Câmara Municipal, extinguiu a RESEX com um projeto de lei em regime de urgência, sem consulta prévia com as comunidades as quais seriam afetadas pelo decreto, bem como pela ausência de um estudo prévio sobre os riscos e impactos ambientais (Brasil, 2022a, 2022b).

Já em novembro de 2022, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) suspendeu a revogação, além de conceder uma liminar pela inconstitucionalidade do ato, para proteger o meio ambiente de Castelhanos de danos que poderiam ser causados ao ecossistema e a a população enquanto o processo não chegar ao fim (Brasil 2022b). Com isso, a lei nº 1.546/2022 que extinguiu

a RESEX não condiz com o artigo 23 da Constituição Federal (Brasil, 1988)<sup>1</sup>, pois esse ato pode impactar negativamente o ecossistema local e as comunidades presentes na Baía de Castelhanos.

Ademais, a lei citada anteriormente se afasta do conceito de proibição do retrocesso ambiental, que é considerado um princípio geral do direito ambiental, utilizado para resguardar os progressos ambientais e, assim, ater medidas que possam causar a supressão de proteções já conquistadas (Benjamim, 2011). Esta situação gera insegurança não apenas à comunidade de Castelhanos, mas para todas as comunidades presentes em unidades de conservação de uso sustentável, devido à possibilidade de passarem pela mesma situação.

O status de RESEX é um notório fator para a proteção dos recursos naturais e do modo de vida tradicional, assegurado pelo SNUC, além de representar uma grande conquista das populações tradicionais na luta pelos seus direitos e identidades sociais e em busca de afirmação e proteção (Dumith, 2012). Essa notoriedade se faz condizente com um apontamento presente no documento de Ação Direta de Inconstitucionalidade, anteriormente apresentado, referindo-se ao ato normativo que extingue a RESEX como um fator capaz de afetar a qualidade de vida da população tradicional a qual vive da subsistência (Brasil, 2022a).

É importante ressaltar o estudo do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), feito entre 2013 e 2016, a fim de agregar conscientização sobre as RESEX, que entrevistou 45.223 famílias de comunidades tradicionais, em um recorte de 59 Reservas Extrativistas Federais. Dentre as 38.562 respostas válidas, 97,1% das famílias alegaram gostar do local onde moram. Sendo os principais motivos citados, a tranquilidade de se viver no local, o contato com a natureza e a solidariedade dos moradores. Assim, foi notado que para essas comunidades a vida está intimamente ligada ao ambiente em que elas residem, com destaque para a solidariedade presente no local, que os permite agir em prol da comunidade e do meio onde vivem (Estrela, 2020).

Analogamente a importância da RESEX estão as populações citadas, que, de acordo com Diegues (2000), possuem um conhecimento aprofundado sobre os recursos naturais locais, que os permitem criar estratégias de uso e manejo dos recursos de forma sustentável, formando assim seu “modo de vida”. Pois, por essas comunidades conhecerem profundamente o local onde vivem, seu conhecimento sobre a conservação da biodiversidade é tão significativo quanto a criação de áreas protegidas (Sillitoe, 2006). Diante do exposto, a comunidade tradicional não é vista apenas como

---

<sup>1</sup> O artigo 23 sinaliza que é dever da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios preservar as florestas, a fauna e a flora, bem como “combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos” (Brasil, 1988).

moradora na UC, mas como responsável pela conservação e manutenção da diversidade biológica local, em função da natureza fazer parte de seu modo de vida e de sua sobrevivência (Diegues, 2003).

Sob outro enfoque, há a ampliação da especulação imobiliária no município de Ilhabela, que devido à falta de espaço físico juntamente com o aumento da população, fez com que a cidade crescesse em direção às áreas protegidas pelo PEIb (São Paulo, 2015). Em vista disso, as comunidades tradicionais de Castelhanos acabam por sofrer as consequências da especulação e perda de terras. Isso se deve aos caiçaras, por vezes, não reivindicarem a regularização de suas terras em títulos de propriedade, seja pelo valor ou desconhecimento dos seus direitos legais (Marcondes; Raimundo; 2019). Essa situação favorece a atuação de grileiros e especuladores imobiliários na região, que disputam terra e ameaçam os caiçaras. Por consequência da pressão, muitos moradores são expulsos ou vendem suas terras por valores muito baixos (Marcondes; Raimundo; 2019).

A respeito da importância da preservação ambiental da região, conforme o Plano de Manejo do PEIb, a Baía é a única área de restinga preservada na Ilha de São Sebastião, relevante por ter uma elevada diversidade de espécies, tanto terrestres quanto da ictiofauna (São Paulo, 2015). Além disso, esta região possui três ecossistemas classificados como patrimônio nacional, a Mata Atlântica, Serra do Mar e a Zona Costeira, sendo reconhecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como uma “Reserva da Biosfera” (Brasil, 2020).

Portanto, a situação da Baía de Castelhanos se torna preocupante, pois a incerteza da área permanecer uma RESEX ou não é algo que irá influenciar no modo de vida das comunidades locais (Cunha, 2008), bem como na conservação do ecossistema da Baía, que é considerado um patrimônio da humanidade de importância internacional (Brasil, 2020).

Almejou-se realizar uma pesquisa que contribua para trazer visibilidade para a situação da Baía de Castelhanos, que, atualmente, tem passado pela insegurança de perder o status de RESEX. Assim, foram obtidos relatos de moradores locais para investigar e analisar suas percepções e as ameaças objetivas que eles estão enfrentando com esta situação e, possivelmente, contribuir para a mudança desse cenário.

De acordo com Estrela (2020), a Coordenação de Articulação de Políticas Públicas para Comunidades Tradicionais (COPCT) no ICMBio, que articula políticas públicas para as comunidades que habitam as Reservas Extrativistas, Florestas Nacionais e as Reservas de

Desenvolvimento Sustentável, no âmbito federal, necessita de conhecimento prévio sobre essas comunidades. A carência de informações é um dos grandes desafios quando se deseja gerar melhores atendimentos em demandas específicas. Contudo, a partir de 2013, começaram a surgir dados que preenchem essa lacuna, mas ainda existem diversos desafios em relação ao acesso, atualização e apresentação acessível dessas informações, reforçando a invisibilidade dessas populações e de suas necessidades.

Desse modo, com enfoque na situação da RESEX Baía de Castelhanos, esta pesquisa pretendeu contribuir para o conhecimento científico que destaca a influência das comunidades tradicionais no ecossistema em que estas estão inseridas, visando também, trazer à tona a contribuição das Reservas Extrativistas na conservação e manutenção da diversidade biológica local, bem como seu papel na proteção do modo de vida das comunidades tradicionais.

## **2. OBJETIVOS**

### **2.1. Objetivos gerais**

Este trabalho tem como objetivo analisar a importância da preservação do ecossistema e das comunidades tradicionais, inseridos na Baía de Castelhanos, avaliando a percepção dos pescadores locais sobre a manutenção da região como RESEX.

### **2.2. Objetivos específicos**

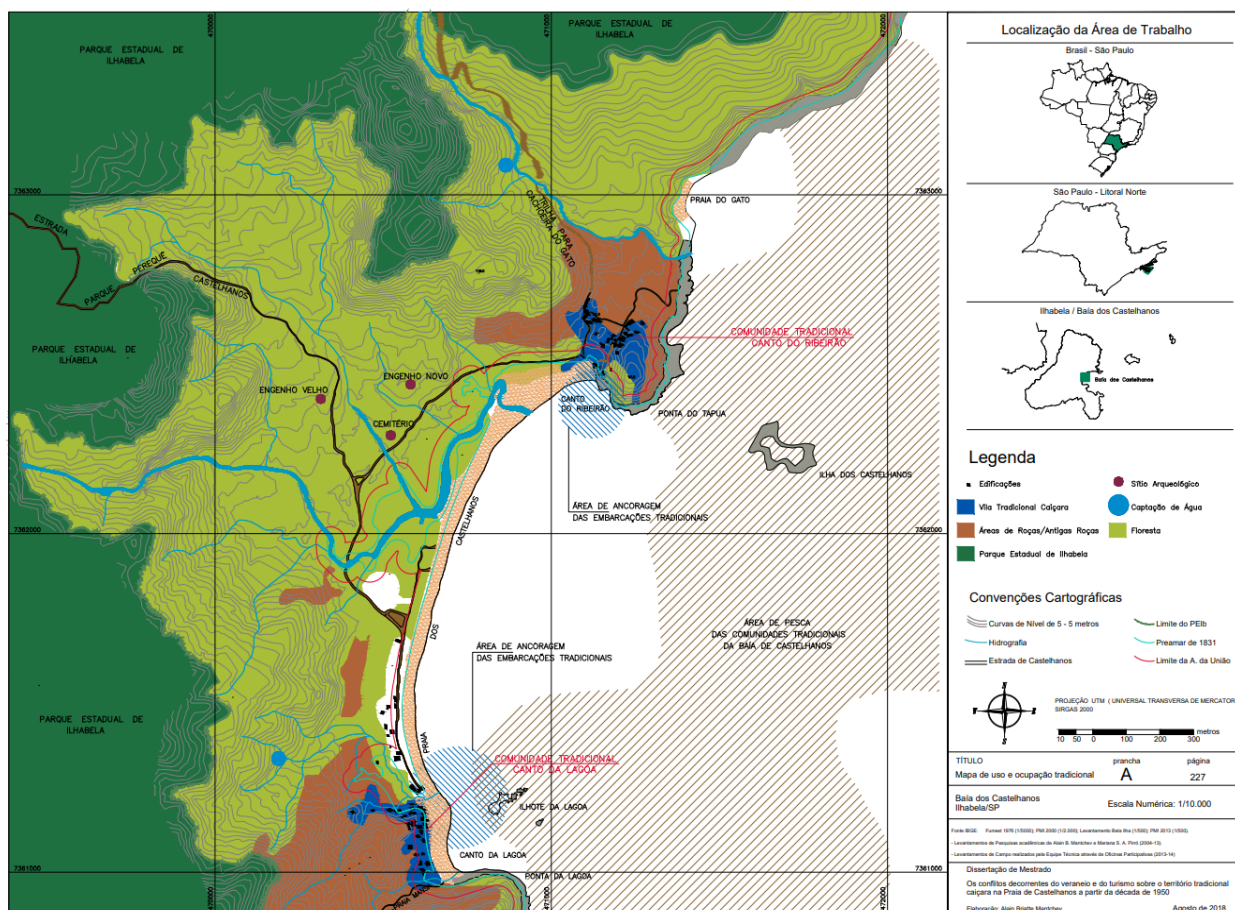
- Analisar as percepções dos pescadores da Baía de Castelhanos sobre a relação entre modo de vida tradicional, identidade cultural e conservação ambiental;
- Examinar os impactos das tentativas de dissolução da RESEX, considerando documentos jurídicos e relatos da comunidade;
- Caracterizar o modo de vida e práticas produtivas da comunidade;
- Registrar as estratégias comunitárias de resistência e afirmação territorial, como turismo de base comunitária, produção cultural e organização social;
- Avaliar os efeitos percebidos das mudanças climáticas sobre a pesca e o cotidiano da comunidade.

### 3. MATERIAL E MÉTODOS

#### 3.1. Área de estudo

Foi estipulada a região da praia de Castelhanos, uma das várias praias presentes na Baía de Castelhanos, inserida no litoral Norte do Estado de São Paulo, em Ilhabela (Figura 1). A escolha da área justifica-se pela praia possuir diversas atividades ligadas ao turismo, com um aglomerado de bares e restaurantes, além de ser onde a maioria das canoas a motor e jipes de turismo deixam seus passageiros. Devido aos fatores citados, esta área possui uma maior concentração de pessoas, sendo um local de fácil acesso à comunidade, principalmente aos pescadores, que são o grupo-alvo da pesquisa.

Figura 1 – Localização da área de pesquisa



Fonte: Alain Briatte Mantchev, 2018.

A RESEX é um espaço territorial protegido pelo poder público, sendo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que por meio da Lei nº 9.985 de 2000, regulamenta e estabelece

critérios para a implantação e gestão das unidades de conservação no Brasil (Acsehrad; Coli, 2008; Assis *et al.*, 2022; Brasil, 2000).

Considerada uma unidade de uso sustentável, seu objetivo é compatibilizar a conservação da natureza com a sustentabilidade do uso de parcela de seus recursos naturais. Dessa forma, a utilização citada provém das populações extrativistas tradicionais, que por meio de regulamentação, por contrato de concessão real de uso, mediante plano de utilização aprovado pelo órgão responsável, utiliza do sistema de exploração baseado na coleta e extração desses recursos renováveis (Acsehrad; Coli, 2008; Brasil, 2000).

Contudo, ao falar em uso sustentável é necessário discorrer sobre como a legislação permeia esse assunto, sendo então considerado como a “exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável” (Brasil, 2000).

Ao analisar os conceitos que envolvem a dinâmica da RESEX, é possível entender legalmente como as unidades de conservação são um instrumento ambiental muito importante para o Estado democrático de direito, desde sua consolidação nos anos 2000 (Dias *et al.*, 2018; Fonseca *et al.*, 2010). Visto que, as unidades de conservação de uso sustentável no geral, bem como a RESEX, asseguram direitos coletivos a populações que ocupam territórios de importância nacional e contribuem para a manutenção de florestas e redução do desmatamento (Almeida *et al.*, 2018).

De acordo com o Decreto n. 6040 de 7 de fevereiro de 2007, que Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, considera-se os povos e comunidades tradicionais como:

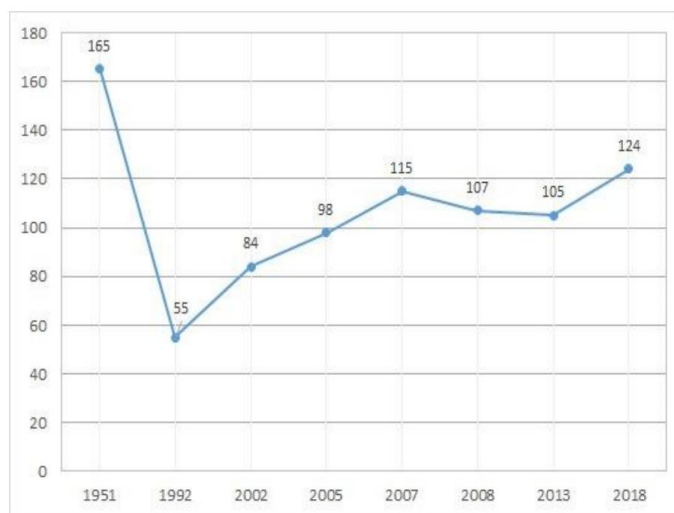
grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Brasil, 2007).

Assim, é importante compreender que o uso dos recursos naturais pelas comunidades está ligado aos seus padrões de consumo e às normas estabelecidas entre os diferentes grupos familiares que formam uma unidade social.

Sobre seus moradores, de acordo com Marcondes (2018), haviam 124 habitantes no ano de 2018, demonstrando um crescimento demográfico em relação aos anos anteriores (Figura 2). Além disso, de acordo com o livreto do Litoral Norte Paulista e Vale do Paraíba (2021b), existem cerca

de 80 famílias caiçaras na Baía. Esse aumento populacional pode ser explicado pela ampliação do turismo na região, juntamente do aumento de moradores novos, provavelmente provindos da valorização e demanda nos empreendimentos na Baía, gerando um aumento no trabalho local, com destaque à pesca (Diegues, 2000; Marcondes, 2018).

**Figura 2 – Análise demográfica da Praia de Castelhanos entre 1951 a 2018**



**Fonte:** Daniella de Souza Marcondes, 2018, com base em Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Inclusão Social (2013, 2018); FRANÇA (1951); PIRRÓ (2008), PIRRÓ & MATTOS (2002), NOFFS (2007) e SÃO PAULO (1992, 2005a).

### 3.2. Pesquisa de campo

A pesquisa de campo de cunho etnográfico utilizada no presente trabalho foi construída a partir do grupo social estudado, visando se aproximar da realidade da comunidade, produzindo então, uma leitura próxima do local. Neste método, o estudo não é apenas sobre os envolvidos na pesquisa, e sim, com a participação destes, propondo o diálogo com o grupo social pesquisado (Machado, 2018).

Desse modo, esse tipo de documentação direta, visa o levantamento de dados no local onde o fenômeno estudado ocorre, sendo de suma importância para entender as relações entre a comunidade e a unidade de conservação. Além da coleta de dados, é utilizado um controle adequado aos objetivos preestabelecidos, envolvendo as etapas de pesquisa bibliográfica sobre o tema e a região, para se ter um modelo teórico inicial de referência, seguido da determinação das técnicas empregadas na coleta de dados e na amostra para análise posterior (Marconi; Lakatos, 2003). Para o levantamento de dados foram utilizadas ferramentas participativas, sendo elas, entrevista semiestruturada, cartografia social e construção de um calendário sazonal da pesca local.

O processo de pesquisa de campo foi dividido em três momentos complementares. O primeiro consistiu em uma etapa prévia, na qual a pesquisadora realizou uma visita exploratória à comunidade de Castelhanos para apresentar a ideia do trabalho e ouvir a opinião dos moradores sobre sua relevância. Nesse contato inicial, a recepção foi positiva, visto que a pesquisadora já havia visitado a Baía em ocasiões anteriores, desenvolvendo vínculos e valorizando a história e o modo de vida local. O segundo momento diz respeito a coleta de dados por meio da pesquisa de campo e demais metodologias.

O terceiro momento ocorreu após a finalização do trabalho, quando os resultados preliminares foram enviados por e-mail às associações locais. Posteriormente, a pesquisadora retornou presencialmente à RESEX para compartilhar pessoalmente as conclusões, fortalecendo o compromisso ético de devolver à comunidade os conhecimentos produzidos em conjunto e reconhecendo sua contribuição como parte essencial da construção deste estudo.

### **3.3. Escolha dos entrevistados**

As entrevistas foram conduzidas com pescadores locais maiores de dezoito anos, buscando-se equilibrar a participação de homens e mulheres, uma vez que, em muitos estudos etnográficos, as pescadoras não são consideradas.

A escolha por entrevistar pescadores se deu ao fato de a pesca artesanal ser uma das principais fontes de renda de comunidades tradicionais litorâneas, além da prática ser protegida pela RESEX (Brasil, 2000; Diegues, 2000). Ademais, para embasar a escolha de entrevistar a comunidade pesqueira, de acordo com o plano de manejo do PEIb (2015), a pesca é a principal atividade de trabalho e renda das famílias caiçaras no Interior do PEIb.

Vale ressaltar, que de acordo com Diegues (2004) e Cunha (2004), os pescadores artesanais possuem um vasto conhecimento tradicional, derivado de um modo de vida baseado nas relações com o ambiente natural. São detentores de saberes e práticas por meio desta interação contínua com a natureza (Lopes, 2013).

Outro ponto a se destacar é o vínculo dos pescadores com o mar, citado por Diegues (2004) e Heidrich (2006), enfatizando o sentimento de pertencimento ao território por parte dos pescadores, em que este ambiente faz parte de suas práticas culturais e relações sociais. Tornando esse um grupo de destaque na discussão da importância da RESEX em conjunto com a proteção do território marinho.

Todos os entrevistados pertencem a famílias caiçaras, cuja identidade cultural está intrinsecamente ligada ao uso do território costeiro e marinho. Esse pertencimento ao grupo caiçara foi fundamental para a seleção dos participantes, pois como citado anteriormente, sua vivência possibilita compreender não apenas os aspectos ambientais, mas também os sociais e culturais relacionados à Baía de Castelhanos.

Além disso, todos os entrevistados são pescadores artesanais ou já exerceram a atividade em algum período de suas vidas. A pesca, além de representar a principal fonte de subsistência econômica, é também uma prática cultural que expressa modos de vida tradicionais, transmitidos entre gerações e profundamente associados ao sentimento de pertencimento ao território (Brasil, 2007; PEIb, 2015).

### **3.4. Entrevistas**

Durante a pesquisa etnográfica foi utilizado um roteiro de entrevista qualitativo e semiestruturado, em busca da opinião dos moradores sobre o status de RESEX e demais objetivos do trabalho, dando visibilidade a suas percepções junto à opinião pública (Vieira, 2009). Foi utilizado o método de amostragem não probabilística Bola de Neve, comumente utilizado por etnógrafos, visando a facilitação do acesso ao determinado grupo social (Vinuto, 2014).

Para realização do método são utilizadas cadeias de referências partindo de um informante-chave, que, após ser entrevistado, indica novos contatos com o perfil necessário para a pesquisa em sua rede pessoal, até alcançar o ponto de saturação, que ocorre quando não há novos nomes oferecidos ou pela ausência de informações novas para análise. Assim, é criada uma melhor rede de acesso a essa comunidade de grande extensão territorial e baixo índice populacional (Vinuto, 2014).

Todas as entrevistas seguiram um mesmo roteiro de perguntas abertas, com o objetivo de obter relatos baseados nas experiências individuais de cada participante, expressos em suas próprias palavras (Barros, 2023). Por esse motivo, foi produzido um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que foi assinado pelos (as) entrevistados (as) para consentir a participação na pesquisa (Padilha, 2012). É válido ressaltar que as identidades foram protegidas e seus nomes não foram utilizados em nenhuma parte da pesquisa.

Antes da aplicação da entrevista foi lido um documento sobre o propósito da pesquisa, para padronizar as entrevistas. Vale ressaltar que as perguntas e seus termos técnicos foram

devidamente explicados para melhor entendimento do entrevistado. Por fim, houve a análise dos dados coletados para preparar um relatório final (Vieira, 2009).

Esse tipo de entrevista, juntamente à técnica interpretativa de observação participante, tem como intuito o convívio com os sujeitos, em busca de observar intensivamente suas realidades e interação com a pesca, concomitantemente a RESEX (Barros, 2023). A partir desse tipo de observação, foram feitos registros fotográficos pela pesquisadora ou fornecidos pelos entrevistados. As fotos, juntamente com as anotações do diário de campo, feitas em diversos momentos e locais além das entrevistas, permitiram capturar aspectos do modo de vida das famílias. Desse modo, a inserção na cultura de referência tornou possível uma incursão antropológica, com base na vivência e no aprendizado sobre a comunidade, para assim gerar um trabalho qualificado e responsável (Machado, 2018).

### **3.5. Diário de campo**

Para a técnica de registro de dados nas comunidades tradicionais, o diário de campo é uma ferramenta complementar que permite à pesquisadora registrar suas experiências durante o processo de pesquisa, como o relacionamento com os participantes e como isto pode mudar ao longo do tempo ao analisar os registros. Além disso, este método é útil para a produção de lembretes durante o trabalho de campo, assim como para anotação de aspectos detalhados deste momento que podem se perder no processo de geração de dados (Punch, 2012).

Da mesma forma, serve como uma alternativa ao invés de gravadores que, mesmo que possam registrar uma maior quantidade de informações, podem limitar o depoimento de alguns informantes. Além disso, o diário de campo permite o registro de assuntos que surgem espontaneamente, como em momentos em que não necessariamente se está em campo (Duval, 2009).

### **3.6. Cartografia social**

A produção de um mapa participativo propõe a inclusão da população estudada no mapeamento, a fim de reconhecer seus conhecimentos espaciais, históricos e ambientais. Além de uma metodologia participativa, é também uma ferramenta para gestão comunitária e para políticas públicas. Este instrumento de representação espacial permite o levantamento do uso da terra e das fronteiras dos domínios da população local, com envolvimento direto dos membros da comunidade (Acselrad; Coli, 2008; Cunha; Antonello, 2023).

Ainda no trabalho feito por Acsehrad e Coli (2008), é apresentado que, por meio do mapeamento participativo, é possível discutir sobre desenvolvimento local, além de oferecer subsídios a planos de manejo em unidades de conservação. Adicionalmente, é discutido o mapeamento como a produção do espaço e do território, bem como das identidades políticas mantidas por pessoas que habitam esses espaços. Para os autores, os mapas ajudam as comunidades tradicionais a construírem ativamente o conhecimento, exercerem poder e terem capacidade de serem meios poderosos para a promoção da transformação social.

Através da pesquisa de campo foi constatado que a mesma metodologia já havia sido aplicada em outra atividade da comunidade, através de uma das oficinas do Projeto “A pesca artesanal com um patrimônio cultural vivo das comunidades tradicionais caiçaras de Ilhabela”, realizado em março de 2023 pela Associação Amor Castelhanos (IIS, 2021).

Assim, foi disponibilizado pelos entrevistados o mapa que se encontra no Anexo A. Como sua construção recente envolveu diversos atores e era o resultado almejado com a cartografia social, o mesmo foi considerado como resultado a ser apresentado para que a produção da própria comunidade seja evidenciada e ressaltada.

### **3.7. Calendário sazonal**

Esta ferramenta tem como intuito identificar a sazonalidade das espécies pescadas na região, permitindo entender os ciclos naturais das espécies. Dessa forma, é possível, pela percepção dos pescadores, determinar possíveis desequilíbrios relacionados às espécies, alterações devidas às mudanças climáticas, bem como levantar as mais relevantes espécies para a comunidade e as de maior incidência (Fonseca *et al.*, 2022).

O calendário foi feito logo após as entrevistas, de acordo com a metodologia proposta por Fonseca *et al.* (2022). Seu desenvolvimento consistiu em anotar as cinco espécies presentes na região de maior destaque para os entrevistados no título das linhas, seguida pela marcação de dados a respeito da ocorrência ou ausência da espécie durante todos os meses do ano.

## **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A pesquisa de campo durou nove dias, sendo entre os dias 9 e 17 de agosto de 2024. Foram realizadas seis entrevistas, no período do dia 10 ao dia 15 e, durante todo este intervalo, foram feitas anotações no diário de campo bem como registros de fotos. As perguntas foram separadas em identificação, seguidas de perguntas sobre o modo de vida pesqueiro em unidade de

conservação do tipo RESEX, focando em perguntas sobre a pesca em si e outras sobre a relação dos pescadores com a RESEX.

Assim como a cartografia social, os pescadores artesanais também realizam o automonitoramento da atividade pesqueira local. Os entrevistados disponibilizaram o modelo de planilha utilizado, apresentado na Tabela 1, que consiste em um exemplo de coleta de dados sobre a utilização da rede boeira.

**Tabela 1 – Automonitoramento rede boeira**

Fórum de pescadores artesanais sustentáveis do litoral paulista							
Município:		Comunidade/bairro:					
DATA	Peixe	Quantidade (Kg)	Aconteceu pesca acidental?	Animal	Quantidade (número)	Soltou	Estado animal
20/07/23	Tainha	120 Kg	( ) Sim (X) Não	( ) tartaruga ( ) toninha ( ) boto ( ) outro		( ) vivo ( ) morto	( ) machucado ( ) com plástico/lixo ( ) doente ( ) sadio
20/07/23	Pirajica	20 Kg	( ) Sim (X) Não	( ) tartaruga ( ) toninha ( ) boto ( ) outro		( ) vivo ( ) morto	( ) machucado ( ) com plástico/lixo ( ) doente ( ) sadio
20/07/23	Olho de cão	15 Kg	( ) Sim (X) Não	( ) tartaruga ( ) toninha ( ) boto ( ) outro		( ) vivo ( ) morto	( ) machucado ( ) com plástico/lixo ( ) doente ( ) sadio
20/07/23	Xaréu	20 Kg	( ) Sim (X) Não	( ) tartaruga ( ) toninha ( ) boto ( ) outro		( ) vivo ( ) morto	( ) machucado ( ) com plástico/lixo ( ) doente ( ) sadio
20/07/23	Carapau	9 Kg	( ) Sim (X) Não	( ) tartaruga ( ) toninha ( ) boto ( ) outro		( ) vivo ( ) morto	( ) machucado ( ) com plástico/lixo ( ) doente ( ) sadio
20/07/23	Anchova	10 Kg	( ) Sim (X) Não	( ) tartaruga ( ) toninha ( ) boto ( ) outro		( ) vivo ( ) morto	( ) machucado ( ) com plástico/lixo ( ) doente ( ) sadio

Já sobre o calendário sazonal da pesca, foram desenvolvidos quatro calendários individuais com entrevistados diferentes entre os dias 10 a 15. Os resultados foram compilados em um único (Tabela 2), considerando todas as respostas, para melhor visualização dos dados.

**Tabela 2 – Calendário sazonal da pesca**

Espécies	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Espada	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Lula	X	X	X	D	D	D	D	D	D	D	X	X
Carapau	X	X	X	X								X
Galo	X	X	X									
Curvina		X	X							X	X	X
Olho de cão	X	X									X	X
Pescada	X	X									X	X
Sororoca	XB					X	X	X	X	X	XB	XB
Tainha						X, D	X, D	D				
Anchova	XB						X	X	X	X	XB	XB

**Legenda:** Ø - Não tem X – Tem XB -Tem beirando a costeira D – Desova A – Andada DE – Defeso.

Com base nos resultados apresentados, foram abordados os principais tópicos citados pelos entrevistados e pontos de destaque anotados no diário de campo, com o objetivo de examinar, pela percepção dos pescadores, os impactos passados e presentes na comunidade. Os próximos itens discorrem a respeito da importância da preservação do ecossistema em conjunto com a comunidade tradicional e a manutenção da região como RESEX.

#### **4.1. Modo de vida em unidades de conservação do tipo RESEX**

Conforme exposto na metodologia, a RESEX constitui um espaço territorial protegido e regulamentado pelo poder público, que estabelece critérios para o uso sustentável dos recursos naturais pelas comunidades tradicionais (Achselrad; Coli, 2008; Assis *et al.*, 2022; Brasil, 2000). Nesse contexto, o diário de campo revelou que cada pescador possui uma área de pesca designada e respeitada pelos outros pescadores. Esse sistema de territorialidade evidencia que, além da regulamentação formal, existe também um sistema de territorialidade baseado em laços de sociabilidade que permite com que esse conjunto de regras e normas ocorra (Almeida, 2008; Rodrigues; Silva, 2023).

Por isso, o modo de vida envolve diretamente o trabalho e as experiências vividas no território por consequência e construção do mesmo, e essas experiências são “advindas como

condição de humanização, em princípios de sociabilidades, reciprocidade e coletividades — dimensões opostas às subjetividades do capital” (Rodrigues; Silva, 2023).

Assim, levantando a discussão apresentada por Rodrigues e Silva (2023), o modo de vida presente nesses territórios se refere à maneira de estar no mundo, envolvendo uma relação de trabalho em sintonia com a natureza. Em outras palavras, a organização social, cultural e econômica não é pautada somente em “processos de produção de mais valor, de mercantilização da vida”. Portanto, a relação entre comunidade e território é fortalecida pela experiência vivenciada naquele ambiente, construindo o sentimento de comunidade e de percepção coletiva, o que torna esses dois elementos indissociáveis (Figueiredo; Sawaia, 2020).

Como registrado no diário de campo, a confecção e o uso das canoas de madeira (Figura 3) faz parte do modo de vida dos pescadores, e estas vêm sendo substituídas em grande parte por barcos a motor. Esse fato revela como a modernização e a pressão externa podem ressignificar, e em alguns casos ameaçar práticas ancestrais, mas também como elas podem ser fortalecidas quando reconhecidas como patrimônio cultural.

**Figura 3 – Pescadores de Castelhanos com uma canoa tradicional**



**Fonte:** Pesquisa de Campo.

#### **4.2. Afirmação do território**

Como discutido anteriormente, o modo de vida tradicional, com suas práticas culturais e visão de mundo, está, sob o ponto de vista cultural, intimamente ligado ao manejo e gestão das áreas naturais (Diegues, 2000). Contudo, levando em conta a dinâmica das unidades de conservação, no estudo de Santo e Piraux (2021) aborda-se sobre os planos de manejo, projetos e

programas com rótulos democráticos poderem ser meios de imposição de interesses particulares em detrimento do interesse das comunidades extrativistas, fazendo com que os conselhos deliberativos, que gerem as reservas extrativistas, pouco evidenciem as comunidades tradicionais e seus saberes.

A partir dos anos 2000 mais unidades de conservação de uso sustentável foram criadas em comparação com as de proteção integral, contudo, ainda é discutido em âmbito internacional que sua gestão deveria dar mais protagonismo aos moradores locais (Calegare *et al.*, 2014).

Na região da Baía de Castelhanos estão presentes duas associações, a Amor Castelhanos e a Castelhanos Vive. No *website* castelhanos.org, é possível encontrar várias informações sobre a região, disponibilizadas pelos próprios caiçaras. Além disso, é possível saber mais no perfil de Instagram *@TurismoCastelhanos* sobre o Turismo de Base Comunitária (TBC), feito pela comunidade. Assim, na biblioteca TBC, foi possível encontrar dois documentos ligados ao programa de Turismo Social do Sesc São Paulo, a respeito do projeto *Itinerários de Resistência*, concebido em 2020. Este projeto possui um acervo da história de 20 comunidades do estado de São Paulo, que praticam o TBC por meio de livretos, um de abertura sobre o projeto e um para cada uma das comunidades, além de vídeos, músicas e outros materiais.

No documento de abertura do projeto *Itinerários de Resistência* (2021a), é discorrido sobre as comunidades, como a da Baía de Castelhanos, usarem do turismo como visibilidade às suas visões de mundo e ao seu modo de vida, além de ser uma estratégia de luta pelos direitos fundamentais da cidadania. Como considerado por Sueli Ângelo Furlan no livreto, esse turismo fortalece a luta pelo direito ao território e pela conservação ambiental, além de desempenhar um papel na resistência contra o apagamento de povos e modos de vida tradicionais.

Como continuação da discussão, no livreto *Litoral Norte Paulista e Vale do Paraíba* (2021b), o Turismo de Base Comunitária pode ser usado como enfrentamento à especulação, servindo como ferramenta na luta pelo direito de permanecerem onde vivem desde o século XIX. Conforme mencionado no documento, são objetivos do turismo impulsionado pela Associação Castelhanos Vive: “contar sua história, mostrar porque têm direito ao território e distribuir a renda de forma mais igualitária”. Esse engajamento da comunidade na valorização de sua história e de seus direitos é reforçado nos próprios relatos registrados durante as entrevistas, como: “Um povo sem história é um povo sem identidade. É preciso estudar política. Aquele que não luta pelos seus direitos é obrigado a aceitar o que fazem por ele”.

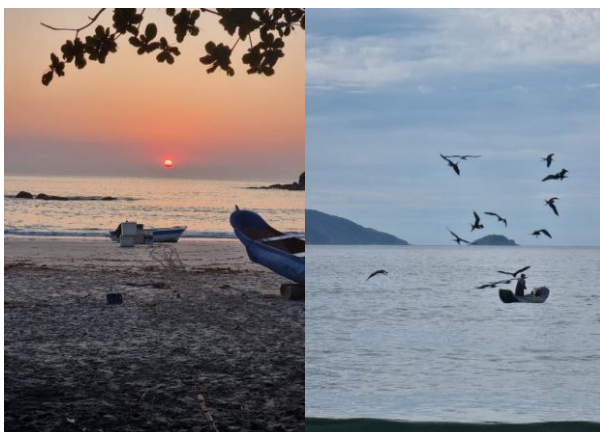
Nas entrevistas com os pescadores surgiram depoimentos que confirmam esse pertencimento ao território e a existência de uma coletividade que luta pelos seus interesses, com diversos parceiros, produzindo materiais que contribuem para a conscientização da importância da cultura caiçara. Como dito por uma entrevistada: “Pertencimento. Faz com que goste, preserve e que auxilie as próximas gerações a buscarem seus direitos”.

A respeito da ligação dos entrevistados com o território, quando perguntados sobre gostarem de onde vivem e os principais motivos, todos concordaram, sendo os pontos mais abordados: paz, tranquilidade, sossego, liberdade e pertencimento. Como abordado por Estrela (2020):

ainda que o bem estar subjetivo ou satisfação muitas vezes se refiram às circunstâncias externas que são classificadas em positivo e negativo, entendemos que, ao nos referirmos aos que disseram gostar de viver nas Reservas Extrativistas, tendo em vista o significado do território para essas populações, nos referimos também ao bem estar subjetivo a partir da percepção de que as necessidades intrínsecas dessas populações como autonomia, envolvimento comunitário e relações positivas com os outros estão sendo atendidas por meio desse “habitar”.

Como dito por um entrevistado, existem poucos lugares no mundo com essa tranquilidade e liberdade. “Segurança que não tem dinheiro que pague”. Outro exemplo citado foi em relação à confiança em deixar os barcos na orla da praia, que é possível graças aos laços de sociabilidade (Figura 4). A forma própria de organização social da comunidade remete a “práticas comunitárias” e situações de uso comum dos recursos naturais é o que permite que os sentimentos citados estejam presentes na maioria dos relatos dos entrevistados (Almeida, 2008).

**Figura 4 – Dia-a-dia da pesca na Baía de Castelhanos**



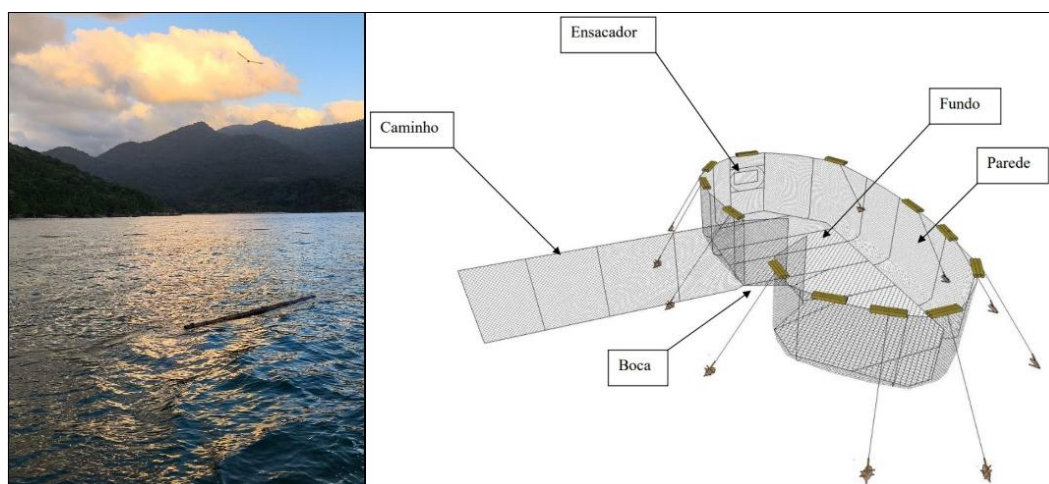
Fonte: Pesquisa de Campo.

Como dito por um dos entrevistados, “A preocupação da gente é manter o lugar sempre assim, nosso modo de viver. Do que a gente desfruta, o mar, a cachoeira, sempre cuidando para as próximas gerações. Que as próximas pessoas que venham aqui deem o mesmo valor que eles (a comunidade) e as gerações anteriores deram. Para manter a Baía como ela é”,

#### 4.3. Modo de vida e trabalho na comunidade de pescadores

Quanto às práticas de pesca na região, o cerco, muito utilizado pelos pescadores da região, se iniciou na década de 1920, quando imigrantes japoneses introduziram a técnica no litoral brasileiro, sendo em Castelhanos o ponto inicial da prática (Seckendorff *et al.*, 2009; Sesc-SP, 2021b). Esta técnica envolve capturar os peixes cercand-os com uma rede própria, e a visita ao cerco faz parte das experiências oferecidas no TBC. Além deste método, os pescadores da região utilizam da rede de gancho, rede boiada, caceio, rede de fundo, espinhel, pesca de linha e pesca de costeira, como apresentado nos Anexos A e B. No processo de pesquisa de campo, realizou-se uma visita ao cerco, ocasião em que foi possível compreender tanto o funcionamento da técnica quanto as preocupações ambientais associadas a ela, conforme relatado pelos pescadores (Figura 5).

**Figura 5 – Cerco flutuante**



**Fonte:** Pesquisa de Campo; Seckendorff *et al.*, 2009.

Sobre a rede boieira, boeira ou boiada, esta é uma ferramenta que em sido foco de discussões em razão das restrições legais impostas aos pescadores artesanais, como divulgado no *website* de notícias do litoral norte de São Paulo, Tamoios News (2023). Os profissionais

argumentam que a proibição desconsidera fatores regionais essenciais, que estão diretamente relacionados à atividade tradicional de subsistência caiçara. (Tamoios News, 2023).

A Instrução Normativa (IN) do Ibama nº166/2007, que trata especificamente da pesca de emalhe de superfície tem contribuído para inviabilizar a pesca artesanal, sobretudo nos meses de inverno (Prado *et al.*, 2022). Contudo, em 18 de agosto de 2021 foi criada a Portaria nº 356, que suspendeu temporariamente, apenas no estado de São Paulo, a aplicação dos artigos 2º e 3º da IN nº166/2007<sup>2</sup>.

Ademais, de acordo com a notícia apresentada no jornal Tamoios News (2023), até setembro de 2022, deverá ser estabelecido um grupo técnico-científico para avaliar a suspensão com base em dados de monitoramento.

Outro ponto relevante é sobre o movimento instável das leis, que gera uma situação de insegurança aos caiçaras (Sesc-SP, 2021b). No relatório intitulado Pesca Artesanal e Conflitos Costeiros e Marinhos no Litoral de São Paulo (2022), foi mencionada a dificuldade que o pescador tem de conhecer em profundidade todas as normativas e a falta de legislação para alguns apetrechos em algumas áreas. Vale destacar, também, a colocação de um entrevistado que sente que a fiscalização é maior na pesca artesanal em comparação a industrial na região. Um dos relatos foi que a pesca industrial entra de noite na área proibida e estraga as redes da comunidade.

Assim como relatado no diário de campo e em outros estudos ligados à cultura caiçara, como o de Prado *et al.* (2022), a criminalização de atividades relacionadas à pesca artesanal culmina no abandono de tradições e ofícios. Alguns casos citados são a canoa de pau, remos e artesanatos, os cestos e as roças, que são inviabilizados pela dificuldade de se obter autorizações, ou coletar madeira. Essas práticas são fundamentais para a reprodução da cultura caiçara, seu modo de vida e manutenção de algumas pescas, como a pesca de cerco, utilizada na região, no caso das canoas e remos (Prado *et al.*, 2022).

A respeito da alimentação dos entrevistados e sua ligação com o uso da terra, para a maioria, além da pesca, envolve a compra de produtos básicos do mercado junto da agricultura de subsistência, e por vezes, até a criação de galinhas (Figura 6). Um alimento de grande destaque produzido na Baía é a farinha de mandioca. Contudo, o crescimento e a urbanização que sobrepõem os territórios tradicionais, fazem com que alguns alimentos historicamente produzidos

---

<sup>2</sup> Art. 2º Proibir o uso de redes de emalhar, de superfície e de fundo, em profundidade menor que o dobro da altura do pano. Art. 3º A tralha superior da rede de emalhar de superfície, durante a operação de pesca, deverá atuar em uma profundidade mínima de dois (02) metros da superfície, com o cabo da bóia (filame ou velame) não podendo ter comprimento inferior a esta medida.

e consumidos no território sejam substituídos por industrializados, distanciando-os da dieta tradicional caiçara (IIS, 2020; São Paulo, 2015).

**Figura 6 – Comidas feitas pela comunidade**



**Fonte:** Pesquisa de Campo. Da esquerda para a direita: Ova de tainha servida com limão caipira; peixe assado na brasa; peixe seco.

As roças caiçaras, utilizadas na região, são sistemas consorciados de espécies agrícolas e florestais, caracterizando Sistema Agroflorestal (SAF) (Figura 7). Outra forma de SAF comum nas comunidades caiçaras são os quintais agroflorestais, uma alternativa para a melhoria da segurança alimentar e renda adicional à agricultura tradicional, que estão geralmente localizados próximos das moradias e têm como finalidade produção de alimentos, ervas medicinais, lenha, materiais utilizados na confecção de artesanatos, envolvendo também a criação de pequenos animais domésticos ou domesticados (IIS, 2020; Trindade *et al.*, 2009).

**Figura 7 – Roças com a implantação de quintais e sistemas agroflorestais**



**Fonte:** Instituto Ilhabela Sustentável, 2021.

O Projeto “Comer e Morar – Viver no Território Tradicional da Mata Atlântica”, promovido pelo Instituto Ilhabela Sustentável em parceria com a Associação Castelhanos Vive e por meio de um Edital de Inclusão Socioprodutiva da Fundação Banco do Brasil, fez ações de manejo agroflorestal na Baía junto aos moradores da comunidade (IIS, 2019).

Neste projeto foram abordados conceitos de técnicas de plantio, consórcio de espécies, recuperação, conservação, manejo agroecológico do solo e atividades de manejo agroflorestal. Em Castelhanos, foram levadas cerca de 150 mudas, sendo a maioria espécies frutíferas da Mata Atlântica, como grumixama, cabeludinha, goiabão, cereja-do-rio-grande, juçara e ameixa-preta, além de ferramentas, insumos e materiais para futuras atividades (IIS, 2019).

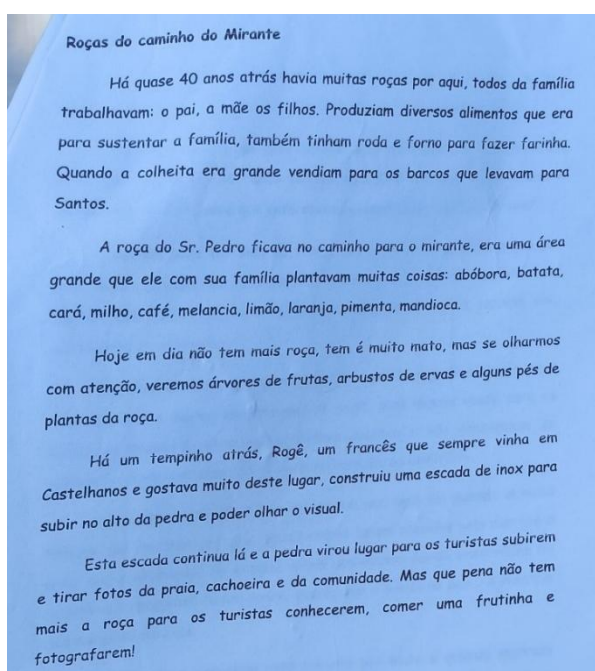
No canto da Lagoa (Figura 1), foram distribuídas mudas e realizados plantios nos quintais agroflorestais, bem como foi preparada uma área de roça antiga, onde se implantou um sistema

agroflorestal, contendo frutíferas em consórcio com espécies agrícolas como milho, feijão, abóbora e abobrinha (IIS, 2019).

Por isso, é necessário o incentivo e apoio às comunidades tradicionais através da assistência técnica e extensão rural, incluindo o manejo agroecológico, para que as legislações acerca do tema sejam seguidas e auxiliem no aumento da produtividade, qualidade de vida, valorização dos produtos tradicionais, bem como capacitando os agricultores no gerenciamento de recursos naturais, a se adaptarem às mudanças climáticas, enfrentarem desafios econômicos e construam uma resiliência sustentável (IIS, 2020; Souza; Andrade, 2024).

Com base nos relatos do diário de campo, foram disponibilizados pela comunidade textos passados de geração em geração, com o intuito de preservar a história da comunidade e de sua ligação com o território. Estes textos foram apresentados no momento em que estavam sendo lidos por adultos da comunidade a crianças em um momento de lazer na orla da praia (Figura 8).

**Figura 8 – Texto “Roças do caminho do Mirante”**



**Fonte:** Pesquisa de Campo.

A leitura desses textos em momentos de lazer entre adultos e crianças não apenas fortalece o vínculo entre as gerações, mas também promove a reprodução social ao transmitir os valores, tradições e a identidade cultural da comunidade. Esses momentos de interação são fundamentais para a continuidade da memória coletiva.

Assim, pode-se inferir, novamente, como o território é condição da reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica passado de geração em geração (Brasil, 2007), sendo os textos e os momentos de lazer, pilares para resistir às pressões externas.

Por fim, outro ponto de destaque nas entrevistas e na produção do calendário sazonal da pesca foi a respeito das mudanças climáticas. Dos 6 entrevistados, 5 perceberam os efeitos das mudanças climáticas em Castelhanos, sendo citados pontos como: a alteração dos meses de ocorrência das espécies pescadas, a maré estar mudando e nunca ter chegado na altura que está hoje. O clima ter mudado muito, ficando muito frio e afetando toda a época do peixe. Além disso, foi apontada a diminuição da água da cachoeira, ciclone que vem “do nada” e o mar estar mudando.

Os efeitos das mudanças climáticas na pesca dizem respeito ao impacto que o clima pode ter na alteração da distribuição, produção e abundância de uma espécie (Leitão *et al.*, 2023). Para a ictiofauna marinha, a temperatura e a salinidade são dois fatores que atuam conjuntamente e desempenham um papel crucial no período de incubação e eclosão dos ovos de muitas espécies (Ribeiro; Moreira, 2018).

Assim, com o aumento da temperatura, os peixes tendem a deslocar-se mais em direção aos polos ou procurar águas mais profundas, em busca de adaptação (Leitão *et al.*, 2023). Essa situação faz com que os pescadores tenham que se adaptar, navegando para áreas mais distantes, o que aumenta os gastos com combustível, ou pescar em águas mais profundas, o que requer ferramentas adequadas para maiores profundidades (Leitão *et al.*, 2023).

## 5. CONCLUSÃO

Neste trabalho buscou-se analisar as percepções dos pescadores da Baía de Castelhanos sobre a importância da preservação do ecossistema concomitante às comunidades tradicionais, além do papel da RESEX na manutenção dessa preservação.

Os objetivos foram alcançados na medida em que se identificou que a comunidade local reconhece a RESEX como um instrumento não apenas para a proteção da biodiversidade, mas também para o fortalecimento de sua identidade cultural, social e econômica, revelando a importância e a ligação indissociável entre cultura, território, preservação e pertencimento.

A análise de documentos e decretos revelou os impactos já vivenciados pela comunidade com as tentativas de dissolução da RESEX, reforçando a relevância da manutenção da proteção desse território. Fatores como mudanças no poder local e pressões econômicas, como a especulação imobiliária e grandes empreendimentos, trazem instabilidade e ameaçam o status de

reserva. Assim, a importância deste estudo reside em trazer maior visibilidade e conexão entre a comunidade tradicional da Baía e a população geral.

A discussão acerca das percepções dos moradores de Castelhanos evidencia que a preservação ambiental está intrinsecamente ligada à manutenção dos modos de vida tradicionais. A comunidade demonstra um sentimento de pertencimento e responsabilidade pelo território, reconhecendo que a conservação dos recursos naturais é fundamental não apenas para o presente, mas também para as futuras gerações. Essa visão reforça a importância da institucionalização da RESEX, que se mostra não apenas como um instrumento legal de proteção ambiental, mas também como um meio de garantir e fortalecer a comunidade local. Desse modo, o estudo ressalta que a preservação da Baía de Castelhanos só pode ser compreendida de maneira plena quando se reconhece a inseparável relação entre conservação ambiental e permanência das práticas tradicionais que dão identidade à comunidade e ao seu território.

No entanto, permanecem desafios significativos. Entre eles, destacam-se a pressão de interesses externos sobre o território, as dificuldades de fiscalização ambiental e a busca por políticas públicas mais eficazes para assegurar a permanência das populações tradicionais em seus espaços. O futuro da Baía de Castelhanos depende de um equilíbrio entre conservação ambiental e valorização cultural, o que requer diálogo constante entre comunidade, gestores públicos e sociedade civil.

É relevante investigar os impactos das mudanças climáticas sobre o território, em especial quanto à disponibilidade de recursos pesqueiros e à resiliência da comunidade diante de eventos extremos. Outro ponto relevante para pesquisas futuras é o impacto da especulação imobiliária sobre a Baía de Castelhanos. Investigar esse assunto é fundamental para compreender como a disputa pelo espaço interfere na efetividade da RESEX enquanto instrumento de proteção, bem como para pensar estratégias de fortalecimento jurídico e político que garantam o direito das comunidades de permanecer em seu território.

A produção de conhecimento nessa área não deve se limitar a diagnósticos, mas também propor soluções práticas que fortaleçam a autonomia comunitária e subsidiem políticas públicas voltadas à conservação dos territórios tradicionais e a valorização e documentação de seus métodos e tradições que marcam a identidade comunitária. Assim, futuros estudos podem contribuir não apenas para compreender os efeitos da especulação, mas também para propor caminhos de salvaguarda das tradições, garantindo que elas continuem a existir em paralelo às transformações do território.

Espera-se que este estudo contribua para ressaltar a importância das Reservas Extrativistas como ferramenta de preservação do modo de vida tradicional, o qual possui a natureza como parte de sua construção e, como consequência, é responsável pela conservação e manutenção da diversidade biológica.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, H.; COLI, L. R. 2008. Disputas territoriais e disputas cartográficas. In: ACSELRAD, H. (org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2008. 168 p.
- ASSIS, P. C.; FARIA, K. M. S. D.; BAYER, M. Conservation Units and their effectiveness in protecting water resources in the Araguaia River Drainage Basin. **Sociedade & Natureza**, v. 34, p. e60335, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sn/a/Zy8CPNvzw9X9G7Q7wHbNXfB/?lang=pt#>. Acesso em: 14 fev. 2024.
- ALMEIDA, M. W. B. D.; ALLEGRETTI, M. H.; POSTIGO, A. O legado de Chico Mendes: êxitos e entraves das Reservas Extrativistas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 48, 30 nov. 2018.
- ALMEIDA, A. W. B. **Terra de quilombo, terras indígenas, ‘babaçuais livres’, ‘castanhais do povo’, faxinais e fundos de pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. 2. ed. Manaus: UFAM, 2008.
- BARROS, Flávio Bezerra; MILLER, Francisca de Souza; RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. **Socioantropologia de Povos e Comunidades Tradicionais Costeiras e Ribeirinhas**. 22. ed. Belém: Ineaf, 2023. 202 p. Disponível em: <https://www.ineaf.ufpa.br/livros>. Acesso em: 15 abr. 2023.
- BENJAMIM, Antônio Herman. Princípio da proibição de retrocesso ambiental. In: COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE. **O princípio da proibição de retrocesso ambiental**. Brasília: Senado Federal, 2011. 269 p. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242559>. Acesso em: 30 maio 2023.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 30 maio 2023.
- BRASIL. **Decreto nº 6040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília: Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm). Acesso em: 16 fev. 2024.
- BRASIL. **Decreto Municipal Nº 8.351, DE 29/12/2020**. Dispõe sobre a criação da reserva extrativista da baía de castelhanos, na cidade de Ilhabela, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/sp/sala-de-imprensa/docs/decreto-criacao-resex-de-castelhanos>. Acesso em: 12 dez. 2022.
- BRASIL. **Lei Federal Nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm). Acesso em: 10 dez. 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação direta de inconstitucionalidade** SEI nº 29.0001.0212315.2022-94/SP–Ilhabela. Relator: Procurador-Geral de Justiça Mário Luiz Sarrubbo. Dúplice, 10 nov. 2022a. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/sp/sala-de-imprensa/docs/INICIALRESEXPJGMPSP.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação direta de inconstitucionalidade** nº 2270133-83.2022.8.26.0000/SP-São Paulo. Requerente: Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo. Requeridos: Prefeito da Estância Turística de Ilhabela e Presidente da Câmara Municipal de Ilhabela. Relator: José Jarbas de Aguiar Gomes. Dúplice, 10 nov. 2022b. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/sp/sala-de-imprensa/docs/227013383.2022Despacho.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2023.

CALEGARE, M. G. A.; HIGUCHI, M. I. G.; BRUNO, A. C. DOS S. Povos e comunidades tradicionais: das áreas protegidas à visibilidade política de grupos sociais portadores de identidade étnica e coletiva<sup>1</sup>. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, n. 3, p. 115–134, jul. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/p7wF9cdBy6JZc5rkcSnHMPP/#>. Acesso em: 17 fev. 2024.

CUNHA, C. C.; ANTONELLO, I. T. Cartografia social e mapas afetivos: uma proposta metodológica para as políticas sociais. **Geographia Opportuno Tempore**, v. 9, n. 2, p. 1–18, 29 set. 2023. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/Geographia/article/view/48840/49485>. Acesso em: 13 fev. 2024.

CUNHA, L. H.; ROUGEULLE, M. D.; VON BEHR, M. F. Comunidades Litorâneas e Unidades de Proteção Ambiental: Convivência e Conflitos. In: DIEGUES, A. C. **Série Documentos e Relatórios de Pesquisa**. 3º ed. São Paulo: NUPAUB, 2004. 50p.

CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira. **RESERVAS EXTRATIVISTAS: UMA ALTERNATIVA DE PRODUÇÃO E CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**. 2008. 42 f. Monografia (Especialização) - Curso de Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade de São Paulo, Curitiba, 2008. Disponível em: <https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/resex.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2022.

DIAS, M. *et al.* Participação popular na criação de unidades de conservação marinha: o caso da Reserva Extrativista de Canavieiras. **Revista Direito GV**, v. 14, n. 3, p. 912–936, set. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/KYDJk5RTjMQVKvcyprK3sbp/?lang=pt#>. Acesso em: 14 fev. 2024.

DIEGUES, Antonio Carlos (Org.). **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. São Paulo: MMA/COBIO/NUPAUB/USP, 2000. 211 p. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/handle/1/750>. Acesso em: 10 maio 2023.

DIEGUES, Antonio Carlos. Conhecimento Tradicional e Apropriação Social do Ambiente Marinho: A pesca Construindo Sociedades. In: DIEGUES, A. C. **A pesca construindo sociedades**. São Paulo: Nupaub/Usp, 2004. 315p.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Sociedades e comunidades sustentáveis**. São Paulo: Nupaub/Usp, 2003. 7 p. Disponível em: <https://nupaub.fflch.usp.br/textos>. Acesso em: 10 maio 2023.

DUMITH, R. D. C. A importância da gestão compartilhada e das áreas marinhas protegidas para o sistema socioecológico da pesca artesanal: O caso das reservas extrativistas marinhas. **GeoTextos**, [S. I.], v. 8, n. 2, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/6281>. Acesso em: 12 dez. 2022.

DUVAL, Henrique Carmona. **DA TERRA AO PRATO: UM ESTUDO DAS PRÁTICAS DE AUTOCONSUMO EM UM ASSENTAMENTO RURAL**. 2009. 207 f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural), Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2009.

ESTRELA, Lillian Mércia Benevenuto. **Populações Tradicionais e Reservas Extrativistas: Para quem habita esses territórios protegidos, quais fatores emergem como essenciais ao bem estar e qualidade de vida?** 2020. 198 f. Dissertação (Mestrado em Biodiversidade em Unidades de Conservação), Escola Nacional de Botânica Tropical, Rio de Janeiro, 2020.

FIGUEIREDO, Eugênia Bridget Gadelha; SAWAIA, Bader Burihan. Comunidades tradicionais e conflitos socioambientais: e a psicologia com isso? **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 20, n. 49, p. 551-563, dez. 2020. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2020000300008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2020000300008&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 17 fev. 2024.

FONSECA, M.; ALVES, F.; MOTA, L.; MACEDO, M. **Os conhecimentos ecológicos tradicionais sobre a pesca do guaiaum em áreas protegidas do rio São João**. Ed. Projeto Guaiaum, Rio de Ostras, Rio de Janeiro, Brasil, 2022. 216 p. ISBN: 978-65-00-50498-9.

FONSECA, M.; LAMAS, I.; KASECKER, T. O papel das unidades de conservação. **Scientific American Brasil**, v. 39, p. 18-23, 2010. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/260513394\\_O\\_Papel\\_das\\_Unidades\\_de\\_Conservacao](https://www.researchgate.net/publication/260513394_O_Papel_das_Unidades_de_Conservacao). Acesso em: 14 fev. 2024.

HEIDRICH, A. L. Conflitos territoriais na estratégia de preservação da natureza. In: Marcos Aurélio Saquet; Eliseu Savério Sposito. (Org.). **Territórios e territorialidades. Teorias, processos e conflitos**. 1ª ed. São Paulo, 2009. p. 271-290.

INSTITUTO ILHABELA SUSTENTÁVEL-IIS. **Culinária Caiçara: Livro de Receitas**. 2ª Edição. Ilhabela: Instituto Ilhabela Sustentável, 2020. Disponível em: <https://transforma.fbb.org.br/storage/socialtechnologies/2100/files/Comer%20e%20Morar%20-%20Livro%20de%20Receitas%20a%20edicao%20-%20web.pdf>. Acesso em: 16 out. 2024.

INSTITUTO ILHABELA SUSTENTÁVEL-IIS. Projeto Comer e Morar promoveu atividades de manejo agroflorestal, 2019. Disponível em: <https://iis.org.br/farol-da-ilha/projeto-comer-e-morar-promoveu-atividades-de-manejo-agroflorestal/>. Acesso em: 09 dez. 2024.

INSTITUTO ILHABELA SUSTENTÁVEL-IIS. **Projeto “Comer e Morar – Viver no Território Tradicional da Mata Atlântica”**: projeto promovido pelo Instituto Ilhabela

Sustentável contemplou as comunidades tradicionais da Praia de Castelhanos e da Ilha dos Búzios, 2021. Disponível em: <https://iis.org.br/project/projeto-comer-e-morar-viver-no-territorio-tradicional-da-mata-atlantica/>. Acesso em: 18 out. 2024.

LOPES, Alessandra Pinheiro. **TERRITORIALIDADES EM CONFLITOS NA BAÍA DE SEPETIBA, RIO DE JANEIRO, BRASIL**. 2013. 109 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/Alessandra%20Pinheiro%20Lopes.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2023.

LEITÃO, Francisco; PINTO, Miguel; PUIGSERVER, Marta Albo; TEODOSIO, Alexandra. **Vulnerabilidade da pesca em Portugal ao impacto das mudanças climáticas**. Centro de Ciências do Mar da Universidade do Algarve, [S.L.], p. 1-76, 2023. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.1/20031>. Acesso em: 20 nov. 2024.

MACHADO, Tadeu Lopes. AFINAL, COMO NASCE UM TEXTO ETNOGRÁFICO? AS TRAMAS DO PERCURSO DO TRABALHO DE CAMPO E A ESCRITA ETNOGRÁFICA\*. **Habitus**, Santarém, v. 16, n. 2, p. 293-308, set. 2018. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/5716>. Acesso em: 15 abr. 2023.

MANTCHEV, Alain Briatte. **What earthen habitat for tomorrow in Ilhabela, Brazil? A look at the traditional caiçara habitat constructive culture – habitat – landscape**. 2010. Dissertação (Mestrado). Grenoble: École Nationale Supérieure d'Architecture de Grenoble (ENSAG-CRATERRE), 2010.

MARCONDES, Daniella de Souza. **Os conflitos decorrentes do veraneio e do turismo sobre o território tradicional caiçara na Praia de Castelhanos a partir da década de 1950**. 2018. 279 f. Tese (Doutorado) - Curso de Turismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100140/tde-11122018-151901/publico/DanielladeSouzaMarcondesversaofinal.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2022.

MARCONDES, D.; RAIMUNDO, S. TRADITIONAL POPULATION AND TOURISM: TAUS AS A TOOL FOR DISPUTE MANAGEMENT? **Ambiente & Sociedade**, v. 22, p. e00351, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/zzKQjCyTtWnrg5pHbF4kJSv/?lang=en#>. Acesso em: 16 out. 2024.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo, SP: Atlas, 2003.

PADILHA, Alexandre Rocha Santos. Plenário do Conselho Nacional de Saúde. **Resolução N° 466, 12 de dezembro de 2012**. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2022.

PORTO, M. F.; PACHECO, T.; LEROY, J. P., (orgs.). **Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013, 306 p. ISBN 978-85-7541-576-4. <https://books.scielo.org/id/468vp>.

PRADO, D. S.; MARTINS, I. M.; CHRISTOFOLETTI, R. A. **Pesca Artesanal e**

**Conflitos Costeiros e Marinheiros no litoral de São Paulo.** 1ª ed. Santos (SP): Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Relatório Projeto PactoMar/FAPESP, 60 p. 2022.

PUNCH, S. Hidden struggles of fieldwork: Exploring the role and use of field diaries. **Emotion, Space and Society**, v. 5, n. 2, p. 86–93, maio 2012. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1755458610000472>. Acesso em: 13 fev. 2024.

RIBEIRO, Crístiele da Silva; MOREIRA, Renata Guimarães. Fatores ambientais e reprodução dos peixes. **Revista da Biologia**, São Paulo, Brasil, v. 8, n. 1, p. 58–61, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revbiologia/article/view/108722>. Acesso em: 20 nov. 2024.

RODRIGUES, M. I. B.; SILVA, G. P. D. Experiência, trabalho e modos de vida: Para um debate sobre territórios de povos e comunidades tradicionais e processos de luta e resistência. **Educação e Fronteiras**, Dourados, v. 13, n. 00, p. e023002, 2023. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/16859>. Acesso em: 16 fev. 2024.

SANTO, I. D. S. D. E.; PIRAUX, M. Desafios do funcionamento de conselhos deliberativos em reservas extrativistas marinhas na região bragantina do estado do Pará. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 41, n. 1, p. 62–78, 16 mar. 2021. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/663>. Acesso em: 14 fev. 2024.

SÃO PAULO. Secretaria de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo. **Conheça o Município Turístico de Ilhabela**. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.turismo.sp.gov.br/conheca-o-municipio-turistico-de-ilhabela>.

SÃO PAULO. Secretaria do Meio Ambiente, Fundação Florestal. Parque Estadual de Ilhabela. **Plano de Manejo**. Volume Principal. São Paulo. SMA, 2015.

SECKENDORFF R. W.; AZEVEDO, V. G.; MARTINS, J.K. Sobre a técnica construtiva da arte de pesca de cerco flutuante no litoral norte de São Paulo. In: **Série Relatórios Técnicos**, Instituto de Pesca, São Paulo, nº 40, maio de 2009. 18p.

SESC-SP. *Itinerários de Resistência: Abertura*. 2021a. Disponível em: <https://sesc.digital/conteudo/turismo-social/itinerarios-de-resistencia-livro-de-abertura>. Acesso em: 16 out. 2024.

SESC-SP. *Itinerários de Resistência: Litoral Norte Paulista e Vale do Paraíba*. 2021b. Disponível em: <https://sesc.digital/conteudo/turismo-social/itinerarios-de-resistencia-litoral-norte-paulista-e-vale-do-paraiba/praias-de-castelhanos-ilhabela>. Acesso em: 16 out. 2024.

SILLITOE, Paul. Ethnobiology and applied anthropology: rapprochement of the academic with the practical. **Journal Of The Royal Anthropological Institute**, [S.I.], v. 12, n. s1, p. S119-S142, mar. 2006. Disponível em: [https://rnp-primo.hosted.exlibrisgroup.com/permalink/f/vsvpiv/TN\\_cdi\\_webofscience\\_primary\\_000237277600008](https://rnp-primo.hosted.exlibrisgroup.com/permalink/f/vsvpiv/TN_cdi_webofscience_primary_000237277600008). Acesso em: 05 jun. 2023.

SOUSA, C. K. B. D.; ANDRADE, T. C. C. A IMPORTÂNCIA DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (ATER) E SEU PAPEL TRANSFORMADOR NO APRIMORAMENTO DA QUALIDADE DE VIDA DAS COMUNIDADES ATENDIDAS. **Revista Extensão**, v. 8, n. 1, p. 127-135, 16 fev. 2024. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/extensao/article/view/9148>. Acesso em: 18 out. 2024.

TAMOIOS NEWS. **Projeto de valorização da atividade pesqueira em Ilhabela recebe visita da Secretaria Nacional de Pesca Artesanal**. 2023. Disponível em: <https://tamoiosnews.com.br/projeto-de-valorizacao-da-atividade-pesqueira-em-ilhabela-recebe-visita-da-secretaria-nacional-de-pesca-artesanal/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

TRINDADE, E. F. S.; REBELLO, F. K.; KATO, O. R. Quintais agrofloretais: diversidade, segurança alimentar e sustentabilidade ambiental. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS**, 7., 2009, Luziânia. Diálogo e integração de saberes em sistemas agrofloretais para sociedades sustentáveis. [Luziânia]: Sociedade Brasileira de Sistemas Agrofloretais; [Brasília, DF]: EMATER-DF: Embrapa, 2009. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/handle/doc/661196>. Acesso em: 20 nov. 2024.

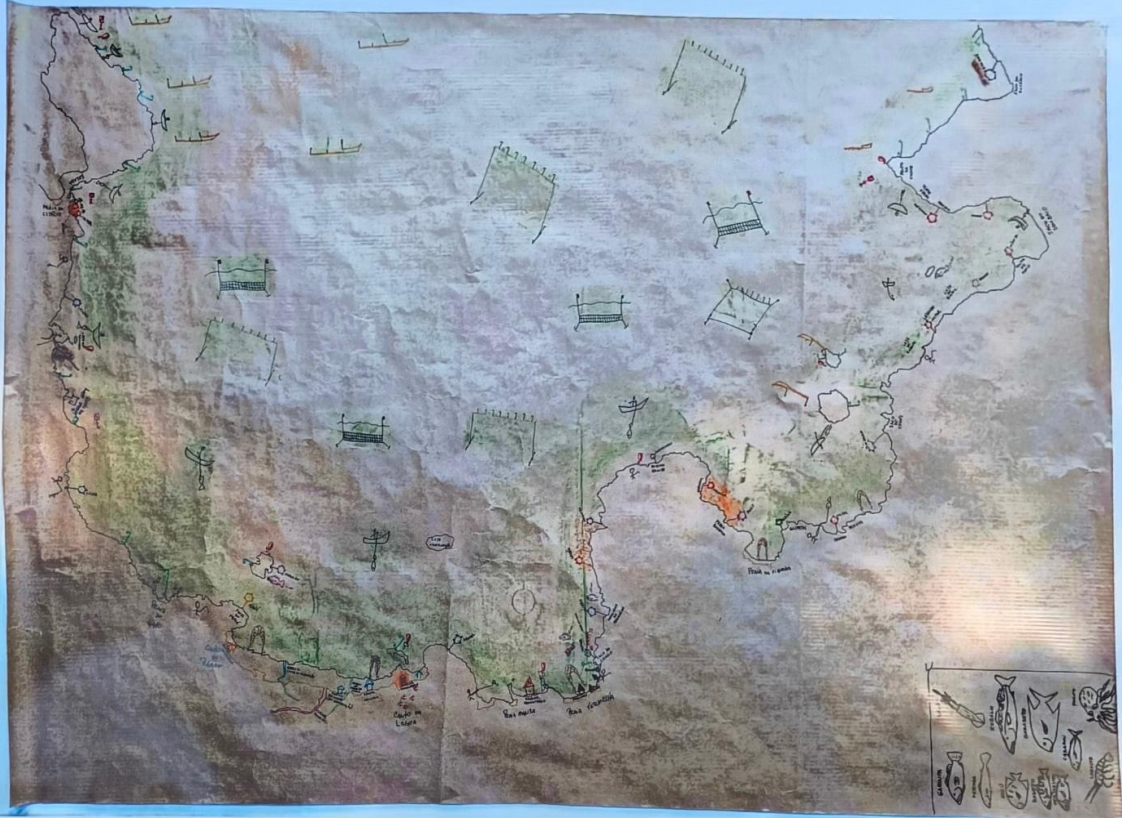
VIEIRA, Sonia. **COMO ELABORAR QUESTIONARIOS**. São Paulo: Atlas, 2009. 160 p.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: 1 jun. 2023.

## 7. ANEXOS

### ANEXO A – Mapa da Pesca Artesanal da Baía de Castelhanos

## Mapa da Pesca Artesanal da Baía de Castelhanos



### LEGENDAS:

● CORES POR COMUNIDADE:

- PRAIA MANSA
- CANTO DA LAGOA
- PRAIA VERMELHA
- CANTO DO RIBEIRÃO

■ SACO DO SOMBRIO

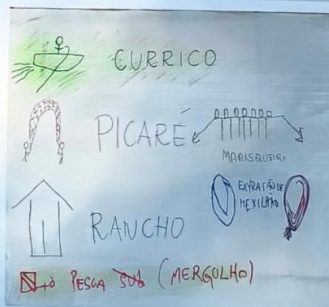
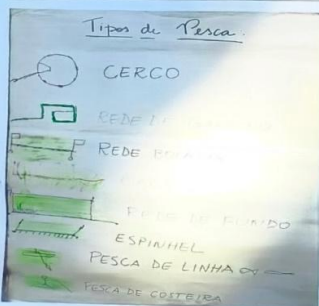
■ FIGUEIRA

■ PRAIA DO ESTÁCIO

■ ÁREAS DE ACORDO

■ ÁREAS SUSAS

■ PONTOS DE CERCO S/ USO

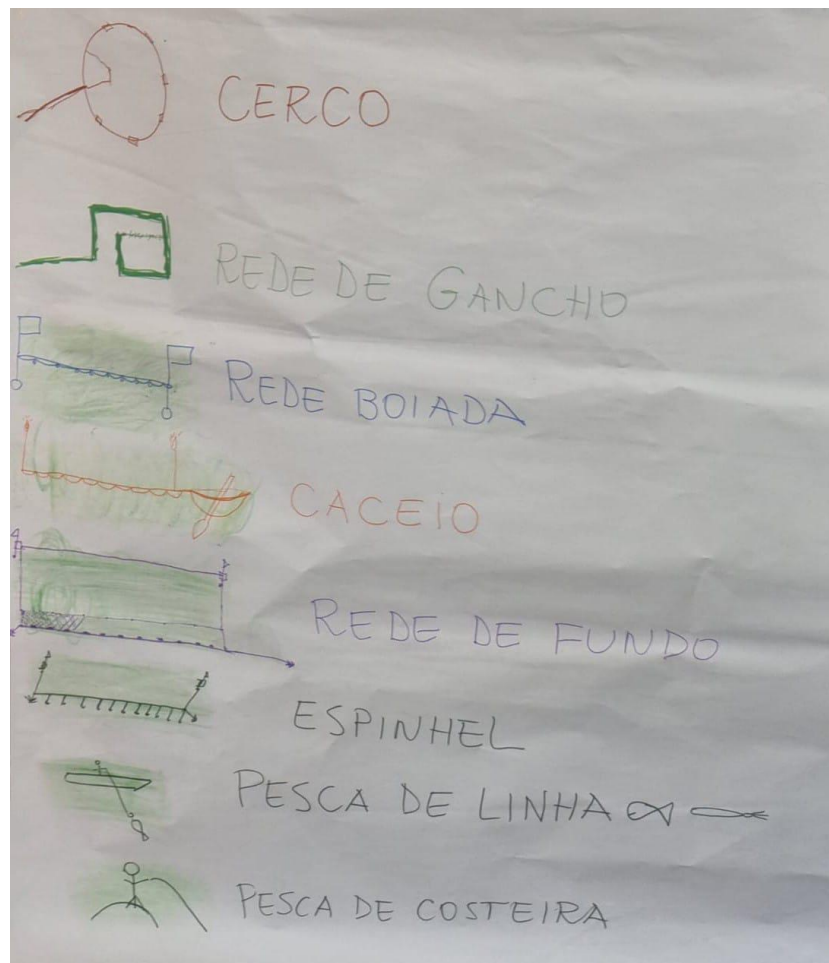


Este mapa foi elaborado por pescadoras e pescadores das comunidades da Baía de Castelhanos, em março de 2023, em uma das oficinas realizadas através do Projeto “A pesca artesanal como patrimônio cultural vivo das comunidades tradicionais caiçaras de Ilhabela”



Fonte: Pesquisa de Campo.

## ANEXO B – Tipos de Pesca da Baía de Castelhanos



Fonte: Pesquisa de Campo.